

IN ALTVM

REVISTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DA FATEO

ARTIGO

A incontinência entre a razão e o instinto: um estudo comparativo entre Santo Tomás de Aquino e Nietzsche

Incontinence between reason and instinct: a comparative study of Saint Thomas Aquinas and Nietzsche

Caio Barros da Silva¹

[Orcid: 0000-0003-4346-0472](https://orcid.org/0000-0003-4346-0472)

[email: caiobarrossilva@outlook.com](mailto:caiobarrossilva@outlook.com)

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o fenômeno da incontinência moral a partir de uma abordagem comparativa entre as concepções éticas de Santo Tomás de Aquino e Friedrich Nietzsche. A incontinência, entendida como a falência da vontade diante do conhecimento do bem, revela uma tensão entre razão e instinto que atravessa a história da filosofia moral. Enquanto Tomás de Aquino, inserido na tradição aristotélico-cristã, defende a centralidade da razão como guia do agir virtuoso, Nietzsche critica a moral racionalista como repressiva e exalta os instintos como manifestações

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará.

legítimas da vida. Por meio da análise de trechos selecionados da *Suma Teológica*, *Genealogia da Moral* e *Além do Bem e do Mal*, o estudo identifica os principais pontos de contraste entre os dois autores, especialmente no que se refere à antropologia moral e à compreensão da liberdade. Conclui-se que o embate entre razão e instinto permanece atual, refletindo a tensão atual entre o ideal de autocontrole e a busca por autenticidade.

Palavras-chave: Incontinência moral. Razão. Instinto. Tomás de Aquino. Nietzsche.

Abstract: This research aims to analyze the phenomenon of moral incontinence through a comparative approach between the ethical conceptions of Saint Thomas Aquinas and Friedrich Nietzsche. Incontinence, understood as the failure of the will in the face of the knowledge of the good, reveals a tension between reason and instinct that runs throughout the history of moral philosophy. While Thomas Aquinas, rooted in the Aristotelian-Christian tradition, upholds the centrality of reason as the guide for virtuous action, Nietzsche criticizes rationalist morality as repressive and exalts the instincts as legitimate expressions of life. Through the analysis of selected excerpts from the *Summa Theologiae*, *On the Genealogy of Morality*, and *Beyond Good and Evil*, the study identifies the main points of contrast between the two authors, especially regarding moral anthropology and the understanding of freedom. It concludes that the conflict between reason and instinct remains relevant today, reflecting the modern dilemma between the ideal of self-control and the pursuit of authenticity.

Keywords: Moral incontinence. Reason. Instinct. Thomas Aquinas. Nietzsche.

1. INTRODUÇÃO

A tensão entre razão e instinto constitui um dos temas centrais da filosofia moral, refletindo uma inquietação constante acerca da natureza humana e da capacidade do sujeito de controlar seus impulsos. A figura do incontinente, aquele que conhece o bem mas falha em realizá-lo por fraqueza da vontade, desafia a concepção clássica do ser humano como essencialmente racional. Ao longo da história da filosofia, diversos autores se debruçaram sobre esse dilema, propondo diferentes interpretações sobre o papel da razão, da vontade e dos impulsos na ação moral. Entre esses pensadores, destacam-se Santo Tomás de Aquino e Friedrich Nietzsche, cujas perspectivas se situam em polos opostos, oferecendo uma base rica para um estudo comparativo.

Enquanto Aquino, dentro da tradição aristotélico-cristã, defende a primazia da razão como guia moral e condição para a virtude, Nietzsche, em contrapartida, empreende uma crítica radical à moral racionalista, valorizando os instintos vitais como expressão autêntica da existência. Este artigo tem como objetivo comparar os fundamentos antropológicos e éticos desses dois autores em relação ao fenômeno da incontinência, evidenciando como cada um compreende o conflito entre razão e instinto e suas implicações para a vida moral.

A metodologia utilizada será a análise comparativa de trechos selecionados das obras *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino, e *Genealogia da Moral e Além do Bem e do Mal*, de Nietzsche, buscando identificar os pontos de convergência e, sobretudo, de tensão entre suas concepções. Ao final, pretende-se refletir sobre a atualidade dessa discussão

no contexto ético contemporâneo, onde o sujeito moderno parece oscilar entre o desejo de domínio racional de si e a busca por autenticidade instintiva.

2. A INCONTINÊNCIA ENTRE A RAZÃO E O INSTINTO

2.1 A questão da vontade em Santo Tomás de Aquino

Definitivamente, a filosofia de Tomás de Aquino é produto de seu tempo. Cada vez mais, o século XIII da cristandade é visto como crucial na história do ocidente. Este instante foi vital para a fusão de ricas e intrincadas concepções filosóficas oriundas da antiguidade, que se entrelaçam com a doutrina cristã. A partir dessa união, o Aquinate concebeu a ideia de sistematizar o que antes parecia incompatível: fé e razão. Assim, podemos compreender que na filosofia de Santo Tomás a influência de Aristóteles é evidente ao longo de toda a trajetória intelectual. Aquino, dedicou um período considerável de sua existência para analisar todos os postulados de Aristóteles, e usou ideias fundamentais sobre a vida moral como um todo para construir sua teoria moral.

Para Tomás, apenas as ações humanas que resultam de deliberação e livre vontade, orientadas pela razão, são verdadeiramente morais e recebem o nome *de actus humani*, sendo excluídas desse âmbito as operações meramente orgânicas, como aquelas realizadas pelas funções vegetativas. A avaliação moral dessas ações está atrelada à sua aderência às inclinações fundamentais da nossa essência humana. Um ato que se alinha a essas inclinações é considerado benéfico, enquanto um que se opõe a elas é prejudicial. O

indivíduo virtuoso age naturalmente de acordo com as demandas de sua natureza, que é essencialmente lógica.

Essa natureza humana, no entanto, revela-se vulnerável diante das paixões que podem desordená-la. A noção de incontinência moral, dentro da tradição tomista, expressa precisamente essa fragilidade humana diante do bem moral conhecido. Embora Tomás de Aquino parta da matriz aristotélica para desenvolver seu entendimento, sua análise ganha contornos próprios ao integrar as categorias da filosofia cristã, como o pecado, a graça e a ordenação teleológica da vontade ao bem supremo.

Na *Suma Teológica* (I-II, q. 77, a. 2), o Aquinate examina cuidadosamente o fenômeno da incontinência como uma espécie de falha no ordenamento racional da ação, ainda que esta seja voluntária. Nesse sentido, a incontinência não é ignorância do bem, mas falência da aplicação prática da razão em virtude do domínio das paixões. A vontade é definida como o apetite racional da alma, sendo, portanto, capaz de deliberar e tender ao bem universal. Segundo Paulo Martines (2019, pág. 142), o ato humano procede, por sua vez, de uma inclinação interna ao que se lhe é acrescentado um julgamento sobre o fim a ser perseguido e sobre as vias de alcançá-lo. Tais ações recobrem duas exigências, para Tomás de Aquino: ter em si mesmo o princípio de seu movimento e ter o conhecimento do fim: há certas coisas em que “há um princípio intrínseco não só para mover-se, mas que sejam movidas para o fim” (STh., I-II, q. 6, a. 1).

Contudo, no caso do incontinente, mesmo conhecendo o bem e querendo-o, o sujeito se vê incapaz de efetivar essa vontade no momento da ação, pois é dominado por paixões que desviam sua conduta. O Aquinate afirma: age voluntariamente aquele que

conhece o que faz e o faz por si mesmo, sem coação (cf. STh., lallae, q. 6, a. 1), mas destaca que esse voluntário pode ser imperfeito, justamente no caso de ações incontinentes. Isso significa que há conhecimento e liberdade parcial, mas sem pleno domínio racional, pois a paixão desordenada obscurece o juízo prático no momento decisivo do agir. A estrutura da alma humana em Tomás compreende potências ordenadas à racionalidade: a razão prática (*intellectus practicus*), a vontade (*voluntas*) e os apetites sensíveis (*appetitus sensitivus*), como os irascíveis e concupiscíveis. Quando essas potências não estão devidamente ordenadas, surge a possibilidade da incontinência. Tomás insiste que a vontade deve submeter os apetites sensíveis à luz da razão. Contudo, quando esta submissão falha, como ocorre na incontinência, a razão é momentaneamente vencida pela força da paixão, resultando em uma ação moralmente defeituosa, mesmo com a consciência do erro (cf. STh., lallae, q. 77, a. 3).

Diferentemente do vício, em que há uma corrupção habitual da razão e da vontade, a incontinência é uma deficiência pontual, não habitual, marcada por uma luta interna. O incontinente se arrepende após a ação, pois reconhece o erro. Esse aspecto o distingue do homem vicioso, que já não reconhece o mal como tal. Como explica Ítalo Monteiro (cf. 2022, p. 76), o vício representa uma deformação mais profunda, pois não se limita à realização de um ato isolado em desacordo com a razão, mas configura uma disposição permanente contrária à essência mesma da virtude.

Ou seja, enquanto o ato mau se opõe à reta ordenação da ação segundo a natureza humana, o vício se opõe diretamente à disposição natural que fundamenta o agir virtuoso. Assim, o vicioso perdeu, de certo modo, a sensibilidade moral, ao passo que o

incontinente ainda conserva a referência ao bem, mesmo sendo vencido pelas paixões. A vontade, enfraquecida, é vencida por um desejo que age com veemência e repentinamente, como uma força que interrompe o juízo da razão, sem suprimi-lo.

Essa luta interna que caracteriza o incontinente é ilustrada, segundo Tomás de Aquino, pelo fato de que a razão não é eliminada durante o movimento passional, mas temporariamente impedida em sua operação plena. Ele explica que, em certos casos, “a paixão inclina frequentemente para o contrário daquilo que a ciência universal afirma” (STh., I-II, q. 77, a. 2, resp.). Assim, não se trata de ignorância total, mas de uma suspensão momentânea do uso prático da razão pela intensidade do afeto. Tomás deixa claro, em outra passagem, que as paixões não são más em si mesmas, mas se tornam desordenadas quando excedem a medida da razão (cf. STh., I-II, q. 24, a. 2).

Portanto, o drama do incontinente reside justamente nessa oscilação: ele conhece o bem, deseja o bem, mas é vencido por um impulso que, sem destruir sua liberdade, limita sua eficácia. Esse estado demonstra que a incontinência é mais uma deficiência da aplicação racional do que uma corrupção da vontade, sendo distinta do vício habitual. Após o ato, cessada a perturbação, a razão retoma sua função e o sujeito reconhece a desordem de sua ação, motivo pelo qual sente arrependimento.

No entanto, a responsabilidade moral do agente permanece, ainda que atenuada. Tomás de Aquino não exime o incontinente da culpa, pois este poderia, com esforço e prática das virtudes, fortalecer sua vontade. A virtude da temperança, nesse contexto, aparece como antídoto para a incontinência. Ela regula os desejos sensíveis e forma o

caráter virtuoso, tornando o agente capaz de agir segundo a razão mesmo em meio às paixões. Como escreve Martines (2019, p. 261):

O fim próprio das virtudes morais consiste na conformidade com a reta razão, e cabe a esta ordenar e determinar como o ser humano encontra o meio razoável, visto que cabe à temperança a tarefa de que o homem não se afaste da razão por causa da intemperança, como cabe à fortaleza que ele não se afaste do reto julgamento da razão por causa do medo ou da audácia. Os caminhos pelos quais o homem atinge o meio termo da razão competem à prudência.

Neste sentido, compreende-se que, o caminho de superação da incontinência é, portanto, na visão de Santo Tomás, pedagógico e espiritual: exige disciplina da vontade, prática das virtudes morais e abertura à graça divina. Tomás não negligencia a dimensão sobrenatural do agir moral, ressaltando que o homem, por si só, é incapaz de perseverar na virtude sem o auxílio da graça (cf. STh., I-II, q. 109, a. 8). A graça fortalece a vontade para que esta possa resistir às paixões e ordenar-se ao bem, integrando natureza e sobrenatureza no itinerário moral do ser humano. Desse modo, a incontinência não é apenas uma questão psicológica ou ética, mas também espiritual, que clama por um auxílio divino para restaurar a harmonia interior.

Dessa forma, a visão tomista da incontinência moral articula uma antropologia da fragilidade, mas também da esperança. A razão, a vontade e as paixões são elementos integrados na alma humana e podem ser harmonizados por meio da formação da virtude e da ajuda da graça. A luta do incontinente não é definitiva, mas um chamado à conversão e

à prática do bem. A incontinência, ainda que reveladora da tensão entre razão e desejo, não é o fim da jornada moral, mas o ponto de partida para uma transformação.

Ao refletir sobre a incontinência moral, Tomás de Aquino oferece uma leitura profundamente enraizada na tradição aristotélico-cristã, na qual a fragilidade da vontade é compreendida como um desvio momentâneo do bem racionalmente conhecido, passível de correção por meio das virtudes e da graça. No entanto, essa concepção de fraqueza moral, que implica reconhecimento do erro e arrependimento, será radicalmente desafiada por Friedrich Nietzsche. Em ruptura com a tradição cristã e sua valorização da humildade, da moderação e da penitência, Nietzsche interpreta tais disposições como expressões de uma “moral da fraqueza”, nascida do ressentimento e do instinto de autopreservação dos fracos diante dos fortes. Assim, a análise nietzschiana se volta contra a própria estrutura da moral ocidental, denunciando-a como uma inversão de valores naturais e afirmativos da vida. É a partir desse embate que emerge uma crítica profunda à noção de vontade moralmente contida, que merece ser explorada a seguir.

2.2 Nietzsche e a crítica à moral da fraqueza

Friedrich Nietzsche é amplamente reconhecido por suas críticas à moralidade ocidental, em especial à moral cristã, que ele acredita ser responsável por corroer a vitalidade e a força do indivíduo (cf. Sobrinho, 2021, pág. 118). Em suas obras, Nietzsche identifica uma moral que favorece a fraqueza e subordinação dos indivíduos em nome de virtudes como a humildade, a paciência e o sofrimento. Para o filósofo alemão, essa

moralidade, que ele denomina como "moral da fraqueza", impede que o ser humano se realize plenamente e se conecte com suas próprias forças vitais. O que Nietzsche propõe é uma ética baseada na afirmação da vida, na autonomia e na superação das limitações impostas pelas normas sociais e religiosas. Este conceito de "moral da fraqueza" é desenvolvido de forma incisiva na obra *Genealogia da Moral*, sendo a partir dela que se torna possível compreender de maneira mais profunda o projeto de Nietzsche em relação à moralidade. No cerne de sua crítica à moral cristã está o conceito de ressentimento, entendido como um processo no qual indivíduos incapazes de agir conforme suas próprias vontades geram, por reação, novos valores.

Esse fenômeno psicológico, que surge em indivíduos impotentes, incapazes de agir de acordo com suas próprias vontades, faz com que aqueles que são fracos ou dominados desenvolvam uma visão distorcida do mundo. O ressentimento, para Nietzsche, segundo Sparemberger (2021), é a fonte de criação de uma moral que coloca os fracos e oprimidos no centro, promovendo a compaixão, o perdão e a humildade, enquanto desvalorizam as virtudes da força, da agressividade e da autossuficiência.

Nietzsche mostra a necessidade do ressentido em dar valor à sua decadência e à sua fraqueza, mostrando que é na moral onde este sujeito encontra o saciar desta necessidade. O ressentido vê na moral do ressentimento um anestésico para sua impotência e um meio de fomentar e efetivar a sua vingança imaginária (Sparemberger, 2021, pág. 203).

Assim, o ressentimento não é algo que permanece invisível ou estático. Ao contrário, ele se manifesta em ações e crenças que têm o poder de reverter a hierarquia

de valores, substituindo os ideais da vida ativa e da afirmação de si por valores passivos que perpetuam a fraqueza.

Em suas análises, Nietzsche explica que o ressentimento é um sentimento de vingança internalizado, voltado contra aqueles que possuem poder e vitalidade. Incapazes de agir diretamente para superar suas limitações, os fracos transformam esse rancor em um sistema de valores que nega a vida ativa e reprime a vontade de poder. Segundo Paschoal (2018, p. 14), o ressentimento, dentro da filosofia de Nietzsche, deve ser entendido como um problema fisiológico: trata-se de um organismo sem forças para reagir diante das intempéries da vida, incapaz de "digerir os sentimentos ruins", acumulando, assim, um veneno emocional que, por sua não reação, resulta em uma desordem psíquica que o impede de viver efetivamente o presente. Essa incapacidade de responder ao mundo de forma afirmativa leva esses indivíduos a criarem valores de negação, condenando tudo aquilo que representa força, saúde e afirmação da vida.

Nietzsche observa de modo incisivo: "O ressentimento [...] produz valores: o ressentimento de seres a quem falta a verdadeira reação, que só sabem reagir de forma indireta e imaginária" (NIETZSCHE, *Genealogia da Moral*, Prefácio, §1).

Dessa forma, a chamada moral da fraqueza é, em grande medida, uma moral forjada por esse ressentimento acumulado. Os fracos, impossibilitados de exercer sua vontade de poder de maneira direta, desenvolvem mecanismos morais que procuram controlar, inibir e culpar justamente aqueles que possuem força, iniciativa e capacidade de afirmação.

Esse ressentimento constitui uma das bases para a criação de uma moral que glorifica a fraqueza e promove a inversão dos valores tradicionais. Nietzsche aponta que a moral cristã, enquanto expressão direta desse ressentimento, tem como pilares a negação da vida, a exaltação do sofrimento e a valorização da humildade como virtude central (cf. Bernz, 2017, p. 76-78). Por meio dessa inversão de valores, o cristianismo não apenas enaltece a fraqueza, mas também estabelece uma rede de controle social que inibe o florescimento da verdadeira potência humana. A moralidade que daí resulta torna-se um instrumento de domesticação dos instintos, sufocando os impulsos de força, criatividade e afirmação da vida.

Nietzsche é categórico ao afirmar: “A moral cristã é uma moral de negação da vida [...] ela diz ‘não’ aos instintos mais básicos da vida, ela é uma fórmula para a decadência” (NIETZSCHE, O Anticristo, §5) caminho para a elevação espiritual, é, na leitura nietzschiana, um sistema de contenção, repressão e negação da vida em sua plenitude.

Assim, compreende-se que Nietzsche critica incisivamente o cristianismo por promover o sofrimento como um valor positivo. Para ele, a moral cristã subverte os valores naturais da humanidade, exaltando virtudes como humildade, compaixão e pobreza, enquanto condena o orgulho, a riqueza e a força. Essa inversão de valores não se restringe ao campo da moralidade individual, mas representa uma negação mais ampla da própria natureza humana, que é essencialmente marcada pela luta, pela afirmação e pelo crescimento. Nietzsche via o cristianismo como uma moral de domesticação e enfraquecimento, impedindo o indivíduo de alcançar sua plenitude existencial. Como o próprio filósofo afirma: “Precisamos de uma crítica aos valores morais. [...] É necessário

colocar em dúvida o valor desses mesmos valores”, (NIETZSCHE, *Genealogia da Moral, Segunda Dissertação*, §11).

Além disso, Sobrinho (2021, p. 125-126) destaca que Nietzsche aponta a necessidade de uma transvaloração de todos os valores, propondo uma reavaliação radical das concepções tradicionais em favor de novos valores que afirmem a vida, a criatividade e a potência vital.

Essa crítica é aprofundada por Lemos (2020, p. 43-55), que analisa a moral como contranatureza e defende a necessidade de uma naturalização do homem. O autor demonstra como a moral cristã castra os instintos naturais, submetendo o ser humano a uma ordem moral artificial que o afasta de sua essência vital. Nietzsche reforça essa perspectiva ao afirmar: “A fé no além [...] é uma maneira de negar a vida, um sinal de cansaço, de fuga, de negação” (Nietzsche, 2005b, p. 43). Tal afirmação evidencia que, para o filósofo, a crença numa existência pós-morte desvaloriza a vida presente e conduz o homem a um estado de resignação e fraqueza.

Nietzsche insiste na necessidade de uma transformação radical do ser humano, rompendo com os valores herdados e afirmando sua própria existência de forma criadora e corajosa. Em *Ecce Homo*, ele sintetiza essa proposta com a célebre expressão: “Tornar-se o que se é: essa é a fórmula suprema da existência forte”. (NIETZSCHE, *Genealogia da Moral, Primeira Dissertação*, §10)

Além disso, em *Assim Falou Zaratustra*, ele proclama: “O homem é algo que deve ser superado” (Nietzsche, 2006, p. 27), apontando para a necessidade de superação da condição humana decadente imposta por valores de negação da vida. E, numa convocação

direta à criação e à força interior, adverte: “Vocês querem o conforto? Mas o criador é cruel, e deseja vencer a si mesmo” (NIETZSCHE, Assim falou Zaratustra, Parte II / §27).

A crítica de Nietzsche à moral cristã baseia-se na constatação de que ela promove valores que, em sua visão, enfraquecem o indivíduo e negam a vida. Ele argumenta que essa moralidade exalta virtudes como humildade, compaixão e pobreza, enquanto condena o orgulho, a riqueza e a força, criando uma sociedade de submissão e conformismo. Essa inversão de valores é vista por Nietzsche como uma negação da natureza humana, que é essencialmente uma luta constante por afirmação e crescimento. Segundo Bernz (2017, p. 71), “o problema da religião cristã, para Nietzsche, consiste em se apostar numa outra vida situada em outro mundo, desvalorizando, assim, esta vida e o mundo presente”. Essa perspectiva leva os indivíduos a se submeterem a normas e valores impostos, em vez de criarem seus próprios valores e afirmarem sua existência.

Além disso, Nietzsche identifica no cristianismo uma forma de niilismo, pois, ao enfatizar a vida após a morte, essa moralidade negligencia e nega a única vida que realmente existe: a vida presente. Essa orientação para o além-mundo impede o indivíduo de atingir sua plenitude e de afirmar sua vontade de poder. Por isso, para Nietzsche, a superação da moral cristã é uma condição essencial para a afirmação da vida e para o desenvolvimento de uma nova moralidade, baseada na vontade de poder, na criação de novos valores e na superação de si mesmo.

Nietzsche critica a moral cristã por promover valores que, em sua visão, enfraquecem o indivíduo e negam a vida. Ele argumenta que essa moralidade exalta virtudes como humildade, compaixão e pobreza, enquanto condena o orgulho, a riqueza e

a força, criando uma sociedade de submissão e conformismo. Essa inversão de valores é vista por Nietzsche como uma negação da natureza humana, que é essencialmente uma luta constante por afirmação e crescimento. Segundo Bernz (2017, pág. 71), "o problema da religião cristã, para Nietzsche, consiste em se apostar numa outra vida situada em outro mundo, desvalorizando, assim, esta vida e o mundo presente". Essa perspectiva leva os indivíduos a se submeterem a normas e valores impostos, em vez de criarem seus próprios valores e afirmarem sua existência.

Ademais, Nietzsche vê o cristianismo como uma forma de niilismo, pois ao enfatizar a vida após a morte, negligência e nega a única vida que realmente existe: a vida presente. Essa moralidade, baseada na negação da vida, impede o indivíduo de atingir sua plenitude e de afirmar sua vontade de poder. Assim, para Nietzsche, a superação da moral cristã é essencial para a afirmação da vida e o desenvolvimento de uma nova moralidade baseada na vontade de poder e na criação de novos valores.

A proposta de Nietzsche para superar a moral da fraqueza está intimamente ligada à ideia de *Überwindung*, ou "superação", um conceito que reflete sua crença na necessidade de o indivíduo afirmar-se em todas as suas capacidades. A moral da autossuperação, para Nietzsche, é uma moral que valoriza a vida, o crescimento pessoal, a afirmação da potência vital e a capacidade de criar valores. Em vez de ser submisso, o indivíduo deve se esforçar para se tornar algo mais forte, mais autônomo e mais criativo. Segundo Bernz (2017, pág. 79-82), Nietzsche nos propõe a transvaloração dos valores como um caminho para a constituição de uma nova forma de existência, que rompa com a moral da renúncia e afirme a vida em sua plenitude". Nietzsche defende que

a única forma de se libertar da moral da fraqueza é superar os valores que negam a vida e afirmar-se como um ser criador e autossuficiente, ideia também sustentada por Bogéa (2011, pág. 61-63), ao indicar que o projeto nietzschiano exige a constituição de sujeitos que possam criar valores em conformidade com uma lógica afirmativa da existência.

Nietzsche propõe uma moral que se destoa das normas e expectativas sociais, na qual o indivíduo deve criar seus próprios valores, viver de acordo com seus próprios princípios e não se submeter aos padrões impostos pela moral tradicional. Esse processo exige coragem e determinação, pois envolve romper com as normas estabelecidas e com as expectativas externas, permitindo que o ser humano possa verdadeiramente afirmar sua vontade e sua individualidade. Segundo Araldi (2008), Nietzsche desenvolve uma crítica à moral tradicional, destacando a importância da superação da moral vigente e da criação de novos valores. Araldi observa que Nietzsche propõe uma moral que se destoa das normas e expectativas sociais, na qual o indivíduo deve criar seus próprios valores, viver de acordo com seus próprios princípios e não se submeter aos padrões impostos pela moral tradicional. Essa perspectiva exige coragem e determinação, pois envolve romper com as normas estabelecidas e com as expectativas externas, permitindo que o ser humano possa verdadeiramente afirmar sua vontade e sua individualidade.

Ainda por Nietzsche que propõe a ideia do *Übermensch*, ou super-homem, como o modelo de quem supera a moral da fraqueza. O *Übermensch* é aquele que, em vez de se submeter à moralidade tradicional, é capaz de criar sua própria moral, que é baseada na autossuperação e na afirmação da vida. Em sua obra *Assim Falou Zaratustra*, Nietzsche descreve o super-homem como alguém que transcende as limitações humanas e vive de

acordo com seus próprios valores, sem se prender às convenções da moral cristã (Silva, 2020, pág. 200-202).

Nesse contexto, a moral da vontade de poder é uma moral da autossuperação e da criação. A moral da fraqueza, por outro lado, é uma moral da negação, da submissão e da passividade. Ao criticar a moral cristã e suas implicações, Nietzsche nos desafia a abandonar essa moral da fraqueza e a afirmar a vida, a potência e a criação como os verdadeiros valores que devem orientar a existência humana.

A crítica de Nietzsche à moral da fraqueza é uma das mais importantes em sua filosofia. Ao atacar a moral cristã, que valoriza a fraqueza, o sofrimento e a subordinação, Nietzsche desafia a sociedade ocidental a reconsiderar os valores que orientam a vida humana. Para Nietzsche, a moral da fraqueza é uma distorção da verdadeira natureza humana e um obstáculo ao florescimento da vontade de poder. Nietzsche, a moral da fraqueza representa uma inversão dos valores naturais, e a sua superação só será possível quando os indivíduos se libertarem dessas correntes e se afirmarem plenamente por meio de uma moral da autossuperação, baseada na vontade de poder. Ao criticar a moral cristã e suas implicações, Nietzsche nos convoca a um projeto de autossuperação, criando valores e afirmando a vida de forma plena e criativa.

2.3 Conflito ou convergência? A antropologia moral em questão: Santo Tomás de Aquino e Nietzsche

A antropologia moral de Tomás de Aquino e a de Friedrich Nietzsche configuram dois paradigmas radicalmente opostos quanto à compreensão da natureza humana e da origem da moral. Para o tomismo, a moralidade possui um fundamento objetivo, radicado na estrutura racional do ser humano e em sua ordenação natural a um fim último: a beatitude em Deus. Conforme afirma o Aquinate, “o fim último da vida humana consiste na bem-aventurança, que é o conhecimento de Deus” (S^{Th.}, lallae, q. 1, a. 8). A razão, nesse sentido, é o princípio ordenador das potências da alma, e seu domínio sobre os apetites sensíveis é condição essencial para a vida virtuosa. Em contraste, Nietzsche critica essa mesma racionalidade como expressão de decadência e repressão vital, sustentando que “o homem da moral [...] é um animal domesticado” (NIETZSCHE, II / §16).

Tomás estrutura sua concepção da ação moral a partir da distinção entre *actus hominis* e *actus humani*. Apenas os atos deliberados e livres, orientados pela razão, são considerados verdadeiramente humanos. Ele afirma: “a ação humana é moralmente boa quando está de acordo com a reta razão” (S^{Th.}, lallae, q. 18, a. 5). A vontade, definida como *appetitus rationalis*, tende naturalmente ao bem, mas pode ser perturbada pelas paixões. Nesse caso, ocorre a incontinência: o sujeito conhece o bem, deseja praticá-lo, mas é vencido pelo impulso desordenado. Ainda assim, “o incontinente age voluntariamente, mas com imperfeição” (S^{Th.}, lallae, q. 77, a. 2), pois há falha na aplicação prática da razão. Segundo Paulo Martines (2019, p. 142), “a liberdade não é arbitrária, mas consiste em eleger o bem verdadeiro conforme a razão iluminada”.

A moral tomista, portanto, reconhece o conflito interno entre razão e desejo, mas entende que este deve ser resolvido pela submissão dos apetites à ordem racional. Tal

resolução é possível por meio da virtude e da graça, que aperfeiçoam a natureza sem suprimi-la. Para Gilson (2002, p. 127), “em Tomás, a moral não reprime as paixões, mas as educa segundo a razão e a finalidade natural do homem”. Nietzsche, por sua vez, recusa esse modelo racionalista de moralidade. Para ele, a chamada “moral do bem e do mal” é fruto do ressentimento dos fracos, que transvaloraram os valores originais da nobreza, da força e da espontaneidade, impondo uma ética do dever que mutila os instintos vitais. Em *Além do Bem e do Mal*, ele afirma: “o instinto de rebanho ganhou supremacia sobre todos os instintos”, (NIETZSCHE, *Além do Bem e do Mal*, §199), denunciando a moral tradicional como uma moral de domesticação. A razão, longe de ser um guia para a verdade, torna-se um instrumento de repressão, e a virtude, uma forma de castração da vontade de potência.

Em lugar da repressão, Nietzsche propõe a sublimação do desejo como força criadora. A vontade de potência, força fundamental da vida, deve afirmar-se por meio da criação de novos valores, livres da moralidade tradicional. Como afirma Monteiro (2022, p. 76), “enquanto Tomás vê a superação do desejo como caminho para a virtude, Nietzsche propõe a sublimação do desejo como força criadora”. Em outras palavras, aquilo que em Tomás é domínio racional, em Nietzsche é transgressão produtiva. A ética tomista visa à conformidade com uma ordem objetiva e divina; a ética nietzschiana, à superação dessa ordem em nome da autenticidade instintiva.

Ambos os autores, no entanto, reconhecem a existência de um conflito interno no ser humano. Tomás o entende como uma luta entre razão e paixões, que deve ser vencida pela prudência e pela virtude. Nietzsche o vê como tensão entre pulsões reprimidas e

valores herdados, propondo sua transvaloração pela vontade criadora. Como resume Safranski (2001, p. 203), “Nietzsche não quis curar a alma humana, mas libertá-la da culpa que lhe foi imposta”.

Portanto, embora partam de diagnósticos semelhantes quanto à tensão interna no homem, Tomás de Aquino e Nietzsche propõem caminhos diametralmente distintos. A primeira aposta na razão e na graça para restaurar a ordem moral; o segundo clama pela destruição dessa mesma ordem para que o homem possa afirmar sua potência criadora.

3. CONCLUSÃO

Em conclusão, o diálogo entre as perspectivas tomista e nietzschiana sobre a moralidade e a vontade oferece uma visão rica e multifacetada da condição humana. Enquanto Tomás de Aquino oferece uma abordagem que busca restaurar o equilíbrio entre razão e paixão através da virtude e da graça, Nietzsche desafia essa visão, propondo uma moral que afirme a força vital e a criação autônoma de valores. A incontinência, nesse contexto, se revela não apenas um problema moral, mas também uma questão existencial, que exige do ser humano uma busca contínua por autossuperação, seja pelo caminho da virtude cristã ou pela afirmação da vontade de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. Tradução: Carlos-Josaphat P. de Oliveira et al. São Paulo: Loyola, 2001-2006. 9 v.

ARALDI, Glademir Luís. Nietzsche como crítico da moral. *Dissertatio*, v. 28, p. 33–51, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8846>. Acesso em: 1 maio 2025.

BERNZ, Maurício Eduardo. A crítica de Nietzsche à moral cristã: por uma vida sem refúgios. *Revista Filosófica São Boaventura*, v. 11, n. 2, p. 91–106, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistafilosofica.saoboaventura.edu.br/filosofia/article/view/56>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BOGÉA, Diogo. A moral cristã segundo a lógica da vontade de poder. *Revista Trágica: Estudos sobre Nietzsche*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 56–74, 2º sem. 2011. Disponível em: <https://tragica.letras.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/35>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média: desde as origens patrísticas até o fim do século XIV*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LEITE, Miguel Rodrigues. O agir moral conforme a lei eterna e a lei natural em Tomás de Aquino. *Revista Cacto: Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online*, v. 2, n. 2, p. 1–12, 2022. Disponível em: <https://revistas.ifsertao-pe.edu.br/index.php/cacto/article/view/411>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LEITER, Brian. A teoria nietzschiana da vontade. *Cadernos Nietzsche*, Guarulhos/Porto Seguro, v. 38, n. 3, p. 17–49, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cniet/a/qfr4qWrTRGZLD9MCH9Hvqzh/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LEMOS, Nicolle Eloisa. Nietzsche e a natureza humana: da moral como contranatureza à naturalização do homem. 2020. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7551>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARTINES, Paulo. O ato moral segundo Tomás de Aquino. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 42, p. 249–264, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/6c8G4JTJvp6JXqMqY7YPfPR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARTINES, Paulo. Tomás de Aquino e a ética das virtudes: uma introdução filosófico-teológica à moral tomista. São Paulo: Paulus, 2019.

MONTEIRO, Ítalo Dant Alves. A virtude da prudência em Santo Tomás de Aquino. *Revista Docentes*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 1–12, 2022. Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/760>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MONTEIRO, Ítalo. *Antropologia e moral: entre Tomás de Aquino e Nietzsche*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Disponível em: <https://aletp.com.br/wp-content/uploads/2017/12/nietzsche-assim-falou-zaratustra.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005c. Disponível em: <https://aletp.com.br/wp-content/uploads/2017/12/nietzsche-ecce-homo.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a. Disponível em: <https://aletp.com.br/wp-content/uploads/2017/12/nietzsche-genealogia-da-moral.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. §

NIETZSCHE, Friedrich. O anticristo. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b. Disponível em: <https://aletp.com.br/wp-content/uploads/2017/12/nietzsche-o-anticristo.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SAFRANSKI, Rüdiger. Nietzsche: biografia de uma tragédia. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, D. R. Nietzsche e o super-homem: um estudo sobre a vontade de poder. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://aletp.com.br/wp-content/uploads/2017/12/nietzsche-ecce-homo.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, Joana Brito de Lima. O corpo é uma grande razão: liberdade, consciência e natureza em Nietzsche. Revista Ética e Filosofia Política, v. 1, n. 23, p. 199–224, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/31480>. Acesso em: 26 jun. 2025

SOBRINHO, A. A crítica nietzscheana à moral cristã. Polymatheia - Revista de Filosofia, v. 14, n. 25, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/7677>. Acesso em: 26 jun. 2025.